



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **DIVULGAÇÃO AMBIENTAL CORPORATIVA SEGUNDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM À LUZ DO SISTEMA NACIONAL DE NEGÓCIOS**

**KAROLINE RODRIGUES SOBREIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**MARCELLE COLARES OLIVEIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**MANUEL SALGUEIRO RODRIGUES JÚNIOR**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

# DIVULGAÇÃO AMBIENTAL CORPORATIVA SEGUNDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM À LUZ DO SISTEMA NACIONAL DE NEGÓCIOS

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre crescimento econômico e meio ambiente é muito complexa e sensível, exigindo um conjunto abrangente de políticas (ALI *et al.*, 2021). Por essa razão, com o avanço dos problemas ambientais, em 2015 as Nações Unidas lançaram a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, delimitando metas que visam construir uma economia global mais sustentável até 2030, contando com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas que abordam os desafios globais de mudança climática, desigualdade social e degradação ambiental (AGENDA 2030, 2015).

Embora o desenvolvimento e a proteção ambiental desejados possam ser considerados tarefas dos governos, as organizações estão cada vez mais desempenhando um papel ativo no cumprimento dos ODS (SAETRA, 2021). Soma-se a isto o fato de que a principal premissa da sustentabilidade corporativa é de que as empresas devem integrar totalmente os objetivos sociais e ambientais com seus objetivos financeiros, prestando contas de suas ações para a ampla gama de *stakeholders* que integram suas atividades (GAO; ZHANG, 2006). Espera-se, portanto, que todas as grandes corporações compreendam seu impacto ambiental e social e divulguem e relatem as atividades relacionadas (SAETRA, 2021).

De acordo com Meyer e Rowan (1977), todas as organizações estão inseridas em contextos institucionalizados e baseados em relações sociais, e, portanto, estão preocupadas tanto em coordenar quanto controlar as atividades, além de evidenciá-las com prudência. No entanto, podem ocorrer diferenças nas atividades corporativas e nas práticas de divulgação entre os países, em função de diferentes expectativas e realidades sociais (GRECCO *et al.*, 2013). Nessa perspectiva, a Teoria Institucional salienta que pressões sociais podem influenciar as organizações a adotarem diferentes condutas para alcançar a conformidade social (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Esses conceitos formam base para o entendimento acerca do Sistema Nacional de Negócios, que, segundo Lundvall (1999), visa explicar as diferenças internacionais nas organizações e no comportamento da empresa, tendo como foco a coordenação das atividades econômicas e as questões de governança. Para Whitley (1999, p. 06), a estrutura dos sistemas de negócios segue diversas análises institucionalistas de formas organizacionais, e “comparações associadas de mecanismos de coordenação, tipos de sistemas de produção e grupos de negócios entre países e períodos históricos”. Portanto, condições políticas e institucionais sob as quais as grandes empresas estão expostas podem determinar o envolvimento dessas corporações com as normas globais e as práticas de gestão direcionadas a Responsabilidade Social Corporativa (FAVOTTO *et al.*, 2016). Essas diferenças institucionais se concentram no Sistema Nacional de Negócios para explicar as variações internacionais nos comportamentos socialmente responsáveis das empresas (LEE, 2021).

Do exposto, considerando a crescente importância da divulgação relacionada à boa conduta sustentável das organizações, de forma a garantir o alcance do equilíbrio econômico, social e ambiental das nações; e que o ambiente institucional pode influenciar na Responsabilidade Social Corporativa das organizações, uma vez que os sistemas de negócios e as características institucionais promovem variações na natureza e comportamento de cada uma delas, especialmente em diferentes economias de mercado (WHITLEY, 1999), o presente estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: qual a influência do Sistema Nacional de Negócios na divulgação corporativa das ações ambientais voltadas à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Assim, o estudo tem como objetivo investigar a influência

de fatores institucionais no nível macro na divulgação corporativa das ações ambientais voltadas à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A busca coletiva dos ODS é recente e urgente. Os efeitos das mudanças climáticas requerem ações corporativas rápidas que apoiem a transição para um ambiente econômico, social e ambiental mais sustentável. No entanto, ainda são incipientes as evidências empíricas que comprovem, quantitativamente, os resultados das atividades empresariais, à nível nacional, para o alcance dessas metas. Por essa razão, este estudo pretende demonstrar as pressões exercidas por fatores macroeconômicos para a divulgação ambiental pertinente aos ODS. Acredita-se que, com a identificação de fatores externos que viabilizem a sustentabilidade corporativa relacionada aos ODS, seja possível direcionar organizações internacionais, individualmente e em conjunto, para obter impactos significativos nas atividades de Responsabilidade Social Corporativa. Os resultados do estudo podem representar ainda uma importante motivação para que cada vez mais nações possam adaptar sua estrutura institucional de modo a incorporar os entendimentos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável na gestão dos negócios, minimizando riscos ambientais e o conseqüente efeito das mudanças climáticas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2015, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a saber: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento, planejada para ser alcançada até 2015 (UNITED NATIONS, 2000); foram ampliados e substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de “um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030” (UNICEF, 2021).

Nesse sentido, Jyoti e Khanna (2021) ressaltam que o crescimento e desenvolvimento das nações dependem da implementação em conjunto de estratégias de desenvolvimento sustentável. Mesmo com diversos debates sobre o tema, o crescimento populacional atrelado às mudanças no comportamento da humanidade tem impactado diretamente no aumento considerável do uso de recursos naturais. Com isso, torna-se cada vez mais necessário a elaboração de medidas e debates que contenham os perigos que as gerações futuras poderão enfrentar para sustentar a qualidade de suas próprias vidas (RICHARDSON; ERDELEN, 2021). De acordo com Hatayama (2022), embora os ODS exijam a participação de todas as partes interessadas, é fundamental e urgente que as organizações determinem e relatem as conseqüências de suas atividades que comprometam essas metas. Dessa forma, e segundo Erin *et al.* (2022), o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode ser entendido como uma das maneiras mais eficientes de as instituições relatarem informações não financeiras de modo a garantir um relatório corporativo equilibrado. As Nações Unidas corroboram a afirmativa, e mencionam que a divulgação pelas empresas das ações praticadas voltadas à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requer que as organizações mundiais monitorem essas metas através de indicadores padronizados internacionalmente, com dados estatísticos que favoreçam a elaboração de relatórios cada vez mais aperfeiçoados (UNITED NATIONS, 2019).

Com isso, a Organização das Nações Unidas (2022) defende que para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, é fundamental harmonizar três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, tendo em vista que esses elementos estão interligados e todos são cruciais para o bem-estar dos indivíduos e das

sociedades. Nessa perspectiva, após a divulgação da Agenda 2030, a Conferência das Nações Unidas declarou que os objetivos e metas seriam acompanhados através de um conjunto de indicadores e, para isso, desenvolveu o Grupo de Interagências e de Peritos em Indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs), responsáveis por criar esse quadro de indicadores globais para monitorar o alcance das metas (UNITED NATIONS, 2019, p. 07). É nesse sentido que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são agrupados em um conjunto de indicadores que, na perspectiva ambiental, engloba elementos relacionados a reciclagem e reuso de água, eficiência do uso de água, estresse hídrico, redução da geração de resíduos, resíduos reutilizados, refeitos e reciclados, resíduos perigosos, emissões de gases de efeito estufa (escopo 1), emissões de gases de efeito estufa (escopo 2), substâncias e produtos químicos que destroem a camada de ozônio, energia renovável e eficiência energética (UNITED NATIONS, 2019).

No entanto, ainda que as empresas declarem seu compromisso com estratégias sustentáveis de atuação, e com as atividades de Responsabilidade Social Corporativa, na prática a situação ainda é ambígua: as questões ambientais são tratadas de forma ineficaz e a exaustão dos recursos naturais é cada vez mais percebida (LITVINENKO *et al.*, 2022). Nesse sentido, as Nações Unidas sugerem que as organizações estejam cada vez mais comprometidas em fornecer dados consistentes e comparáveis acerca das questões de sustentabilidade, de modo que todos os *stakeholders* possam ser atendidos quanto às suas principais necessidades (UNITED NATIONS, 2019). É importante mencionar que diferentes países apresentam diferentes taxas de crescimento econômico e, conseqüentemente, diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico, o que afeta diretamente os desafios ambientais, uma vez que os países se apropriam dos recursos ambientais como forma de garantir as atividades econômicas (IKRAM *et al.*, 2021). Portanto, se a gestão responsável e equitativa dos recursos para as gerações atuais e futuras for considerada uma meta que vale a pena perseguir, essas práticas insustentáveis de produção e consumo exigem mudanças urgentes (SUPERTI *et al.*, 2021), tornando fundamental a realização de práticas responsáveis e sustentáveis de todas as nações.

Segundo Bebbington e Unnerman (2020), um dos principais desafios dos ODS consiste em identificar quantitativamente empresas que estão adotando o escopo das metas e mensurando seu desempenho em relação a cada uma delas. Assim, para que os ODS cumpram suas expectativas, os países precisam desenvolver caminhos de adaptação mensuráveis e objetivos, e para acompanhar o alcance dos 17 Objetivos e 169 Metas, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou um conjunto de 231 indicadores que facilitam essa mensuração. É por essa razão que organizações internacionais, instituições reguladoras, normatizadores e órgãos profissionais buscam continuamente maneiras de melhorar as informações corporativas, especialmente sobre as questões de sustentabilidade após o surgimento dos ODS em 2015 (ERIN *et al.*, 2022). Abordar os principais riscos climáticos nos relatórios corporativos por meio de indicadores relacionados aos ODS, pode ser considerado um caminho importante para o sucesso das metas. Isso inclui medidas como gestão e mudanças nas fontes de energia, estratégias de redução de resíduos e introdução de processos de reciclagem, diminuição geral do consumo de recursos ou até mesmo modificações de insumos (KASSEEAH, 2020). Dessa forma, para os fins desse trabalho, foram selecionados 4 ODS, a saber: Objetivo 6. Água potável e saneamento, Objetivo 7. Energia limpa e acessível, Objetivo 9. Indústria, inovação e infraestrutura, Objetivo 12. Consumo e produção responsáveis; mais especificamente associados a ação das empresas e o meio ambiente.

Para Meyer e Rowan (1977, p. 346), as organizações são vistas como “representações dos mitos racionalizados que permeiam as sociedades modernas”, e não somente unidades

envolvidas em trocas com seus ambientes. É nessa perspectiva que, de acordo com Whitley (1999, p. 05), a economia internacional tende a tornar-se mais integrada, tendo em vista que diferentes arranjos institucionais continuarão a “desenvolver e reproduzir sistemas variados de organização econômica com diferentes capacidades econômicas e sociais em indústrias e setores específicos”. Nesse sentido, diferentes padrões de industrialização serão desenvolvidos em contextos institucionais contrastantes, levando a arranjos institucionais contrastantes (WHITLEY, 1999). Dessa forma, Whitley (1994) ressalta que todos os tipos de economia lidam com esses elementos de várias formas que, juntas, integram diferentes relações de firma-mercado ou sistemas de negócios, representados por formas de organização econômica que combinam respostas diferentes a esses elementos em contextos institucionais contrastantes.

Com isso, considerando que as economias de mercado tendem a se diferir significativamente nas formas como as atividades econômicas são coordenadas e controladas (WHITLEY, 2000), são elencados três conjuntos de características-base para o sistema de negócios: a “coordenação de propriedade”, que se refere ao relacionamento entre proprietários e gerentes e o nível de envolvimento destes na gestão dos negócios; a “coordenação de não-propriedade”, que trata de formas de coordenação econômica em que há obediência comum à regras pré-estabelecidas para o alcance de objetivos acordados coletivamente; e por fim, as “relações de emprego e de organização do trabalho”, que envolve diferentes formas de gestão em diferentes sociedades (WHITLEY, 1999). Tais características combinadas resultam no sistema de negócios, utilizado para explicar as diferenças internacionais que influenciam a organização e o comportamento da empresa, tendo como foco a coordenação das atividades econômicas e as questões de governança (LUNDVALL, 1999).

A forma como as nações administram sua autoridade tem se constituído como um elemento crucial para o sucesso das práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e sustentabilidade ambiental (TOLMIE *et al.*, 2020), fazendo com que as estratégias para enfrentar os desafios em torno das mudanças climáticas, redução da pobreza, e outros aspectos, se façam cada vez mais presentes nos modelos de negócios das organizações. Para Sideri (2021) o incremento da RSC no contexto dos negócios globais, principalmente por meio da divulgação dos relatórios de sustentabilidade, está associado a busca pelo melhor desempenho da sustentabilidade corporativa, para o alcance de benefícios de curto e longo prazo que vão além dos ganhos econômicos. Os relatórios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no setor empresarial têm suas origens na arena política global (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021), abordando em uma de suas metas “incentivar as empresas, especialmente as grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seus ciclos de relato” (AGENDA 2030, 2015). Segundo Whitley (1999), o nível macro (nacional) pode ser analisado na perspectiva política, financeira, educacional e de trabalho, cultural e econômico.

Latteman *et al.* (2009) mencionam que em ambientes institucionais marcados por baixos níveis de corrupção há maior tendência para uma implementação eficaz da Responsabilidade Social Corporativa. Para os autores, sociedades baseadas em regras, com a aplicação de leis transparentes, justas e eficazes, transmitem um nível mais alto de confiança nas informações públicas divulgadas nos relatórios anuais. De acordo com Doh *et al.* (2017), o conceito de “vazios institucionais” também tem sido amplamente associado aos esforços das empresas para evitar ou mitigar deficiências institucionais, refletindo as condições institucionais prevaletentes que perturbam o funcionamento dos mercados: aumento da probabilidade de oportunismo (incluindo corrupção), rendas excessivas para poucos atores (reduzindo o empreendedorismo) e poder de mercado (desencorajando a concorrência). Nesse sentido, descortina-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H1:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado positivamente pelo nível de controle da corrupção.

Para Whitley (1999), os sistemas financeiros podem ser classificados em várias dimensões, mas a característica principal está centrada em lidar com os processos pelos quais o capital é disponibilizado e precificado. Complementar a isto, Didier *et al.* (2021) afirmam que os mercados de capitais podem promover o desenvolvimento financeiro nacional, facilitando a diversificação de riscos e aumentando a disseminação de informações. Por essa razão, o *World Economic Forum* (2021) elenca indicadores relacionados ao sistema financeiro para enfatizar a relevância de uma regulamentação adequada das instituições financeiras para evitar crises que podem causar efeitos negativos duradouros sobre os investimentos e a produtividade de um país. Para o WEF, um setor financeiro desenvolvido fomenta a produtividade principalmente de três maneiras: agregando poupança em investimentos produtivos; melhorando a alocação de capital aos investimentos mais promissores por meio do monitoramento dos mutuários, reduzindo assimetrias de informação; e fornecendo um sistema de pagamento eficiente. Nesse sentido, descortina-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H2:** O nível de divulgação ambiental corporativa de ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado positivamente pelo desenvolvimento do mercado financeiro.

Segundo Sharma e Sathish (2022), a divulgação de atividades de Responsabilidade Social Corporativa em relatórios anuais, principalmente por empresas situadas em economias emergentes e menos desenvolvidas, tende a ser mais abordada no intuito de atrair investidores e acionistas, realçando o comportamento corporativo sustentável dessas organizações. É por essa razão que Jensen e Berg (2012) ressaltam que países desenvolvidos são mais propensos a divulgar informações ambientais em seus relatórios. Para Ahmad *et al.* (2021), enquanto em países desenvolvidos o conceito de sustentabilidade está sendo reconhecido como um “novo normal”, para as empresas situadas em regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas a situação é totalmente diferente, pois a maioria das nações em desenvolvimento não considera a dimensão ambiental da RSC como uma prioridade. Nesse sentido, descortina-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H3:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado positivamente pelo desenvolvimento macroeconômico do país.

Jensen e Berg (2012) sugerem que as empresas incentivem também um maior envolvimento na educação superior, demonstrando forte interesse em novas descobertas de pesquisas e conhecimento acadêmico, o que pode propiciar a adoção de técnicas de gestão mais qualificadas e de forma mais breve. É nessa linha que Zguir *et al.* (2021) mencionam que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é um conceito desenvolvido para compreender e mudar sistematicamente os sistemas de educação que promovam e estimulem a sustentabilidade nas ações das gerações futuras. Nesse sentido, descortina-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H4a:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado positivamente pela qualidade do ensino e treinamento superior.

Ali e Kaur (2021) mencionam que os países em desenvolvimento exigem esforços mais assertivos para a implementação de práticas de Responsabilidade Social Corporativa, sendo o “ambiente de trabalho responsável” um importante elemento para a eficácia dessas estratégias. Nessa mesma vertente, Issarawornrawanich e Wuttichindanon (2019) identificaram que em economias emergentes, como no caso da Tailândia, um número crescente de empresas está atribuindo maior importância ao aspecto das relações trabalhistas nas divulgações de Responsabilidade Social Corporativa. Nesse sentido, descortina-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H4b:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado positivamente pelo nível de desenvolvimento do mercado de trabalho.

De acordo com Hofstede (1984, p. 81) a gestão das empresas consiste na “coordenação dos esforços das pessoas e da utilização dos recursos econômicos e técnicos para a obtenção dos fins desejados”, podendo estar ligada a aspectos técnicos e também humanos. É por essa razão que o autor delimita quatro dimensões da cultura nacional que podem interferir nas estratégias corporativas: a distância do poder, aversão à incerteza, individualismo *versus* coletivismo, e masculinidade *versus* feminilidade (HOFSTEDE, 1983). Segundo Jensen e Berg (2012), a cultura exerce importante influência nas organizações e de formas diferentes em cada país, à medida que a responsabilidade corporativa pode envolver um conjunto amplo de valores ambientais e sociais. Além disso, pode configurar-se como um fator determinante para a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em diferentes países. Nesse sentido, descortinam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

**H5a:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado negativamente pela distância do poder.

**H5b:** O nível de divulgação ambiental corporativa de ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado negativamente pela aversão a incertezas.

**H5c:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado negativamente pelo individualismo.

**H5d:** O nível de divulgação ambiental corporativa das ações voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável é influenciado negativamente pela masculinidade.

### 3 MÉTODO DA PESQUISA

#### 3.1 Plano amostral e coleta de dados

A população da pesquisa compreende empresas de setores ambientalmente sensíveis, como de materiais básicos, energia e industriais, com dados disponíveis na base da *Thomson Reuters*, no período de 2015 a 2019. No estudo, foram consideradas as companhias com informações de ODS ambientais divulgadas em pelo menos um dos anos, e para no mínimo um dos indicadores de análise.

As informações referentes ao nível macro foram obtidas na base de dados do *Global Competitiveness Index (GCI)* do *World Economic Forum (WEF)* (2021) e Hofstede (1983). Contudo, importa mencionar que as análises pertinentes ao ano de 2020 não foram realizadas devido à ausência do relatório anual correspondente no *Global Competitiveness Report* do *World Economic Forum*. Em contato com o órgão via e-mail, foi informado que o relatório de 2020 não foi publicado devido às instabilidades nacionais ocasionadas pela pandemia da COVID-19. Ressalte-se que empresas com ausência total de informações ambientais para todos os indicadores, em todos os anos considerados para análise, foram excluídas do estudo. Portanto, a amostra reúne 839 empresas presentes em 31 diferentes países.

#### 3.2 Variáveis da pesquisa

##### 3.2.1 ODS ambientais

Para identificar o nível de divulgação de informações ambientais relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, será utilizada uma variável *dummy* a fim de constatar a divulgação dos indicadores ambientais propostos pela Organização das Nações Unidas (2019), disponíveis na base de dados da *Thomson Reuters*, conforme descrito no Quadro 1.

**Quadro 1** - ODS, Indicadores Ambientais, Mensuração e Operacionalização.

ODS	INDICADORES	MENSURAÇÃO (Base de dados Thomson Reuters)	OPERACIONALIZAÇÃO
ODS 6 – Água potável e saneamento.	Reciclagem e reutilização da água	Quantidade de água reciclada ou reutilizada em metros cúbicos.	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
		A empresa relata iniciativas para reutilizar ou reciclar água?	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Eficiência no uso da água	A empresa desenvolve produtos ou tecnologias que são usados para tratamento, purificação de água ou que melhoram a eficiência do uso da água?	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Estresse hídrico	Captação total de água em metros cúbicos.	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
Captação total de água doce em metros cúbicos.		Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.	
ODS 7 – Energia limpa e acessível.	Eficiência energética	A empresa relata iniciativas específicas para melhorar sua eficiência energética?	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Energia renovável	A empresa utiliza energia renovável?	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.	Emissões de gases do efeito estufa (âmbito 1)	Emissão direta de CO <sub>2</sub> e equivalentes de CO <sub>2</sub> em toneladas.	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Emissões de gases do efeito estufa (âmbito 2)	Emissão indireta de CO <sub>2</sub> e equivalentes de CO <sub>2</sub> em toneladas.	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Emissões de equivalentes de CO <sub>2</sub> .	Total de Emissões de Equivalentes de CO <sub>2</sub> .	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis.	Substâncias destruidoras da camada de ozônio e produtos químicos	Quantidade total de substâncias que empobrecem a camada de ozônio (equivalentes CFC-11) emitidas em toneladas.	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Resíduos perigosos	Quantidade total de resíduos perigosos produzidos em toneladas.	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
	Redução da geração de resíduos	A empresa relata iniciativas para reciclar, reduzir, reutilizar, substituir, tratar ou eliminar gradualmente o lixo total?	Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.
A empresa possui políticas para melhorar a redução de emissões?		Variável <i>dummy</i> – 1 se divulgar a informação; 0 se não divulgar a informação.	

Fonte: Traduzido e adaptado de United Nations (2019) e Thomson Reuters Datatype (2018).

### 3.2.2 Variáveis independentes

Segundo as hipóteses propostas no suporte teórico, as variáveis independentes relacionadas ao nível macro são: desenvolvimento das instituições (H1), desenvolvimento do mercado financeiro (H2), desenvolvimento macroeconômico do país (H3), qualidade do ensino e treinamento superior (H4a), desenvolvimento do mercado de trabalho (H4b), distanciamento

do poder (H5a), aversão a incertezas (H5b), individualismo (H5c), e masculinidade (H5d). No Quadro 2, é possível visualizar a forma de mensuração de cada variável.

**Quadro 2** - Descrição das variáveis independentes no nível macro.

Variável	Indicador	Fonte	Operacionalização	Impacto Esperado
H1: POL	Controle de Corrupção: Estimativa.	<i>Worldwide Governance Indicators</i> do <i>World Bank</i> (2021)	Pontuação obtida por país, variando de -2,5 (menor controle da corrupção) a +2,5 (maior controle da corrupção)	Positivo
H2: FIN	Desenvolvimento do Mercado Financeiro	<i>Global Competitiveness Index (GCI)</i> do <i>World Economic Forum (WEF)</i> (2021)	Score variando de 1 (mercado financeiro menos desenvolvido) a 7 (mercado financeiro mais desenvolvido)	Positivo
H3: ECO	Crescimento do PIB anual (%)	<i>World Development Indicators</i> do <i>World Bank</i> (2021)	Percentual de crescimento anual do produto interno bruto do país.	Positivo
H4a: EDU	Qualidade do Ensino e Treinamento Superior	<i>Global Competitiveness Index (GCI)</i> do <i>World Economic Forum (WEF)</i> (2021)	Pontuação variando de 1 (pior situação) a 7 (melhor situação)	Positivo
H4b: TRA	Cooperação nas relações entre trabalhador e empregador	<i>Global Competitiveness Index (GCI)</i> do <i>World Economic Forum (WEF)</i> (2021)	Pontuação obtida por país, variando de 1 (relação geralmente de confronto) a 7 (relação geralmente colaborativa)	Positivo
H5a: POD	Distância do poder	Hofstede (1983)	Varia de 0 (menor influência) a 100 (maior influência)	Negativo
H5b: INC	Aversão à incerteza	Hofstede (1983)	Varia de 0 (menor influência) a 100 (maior influência)	Negativo
H5c: IND	Individualismo x coletivismo	Hofstede (1983)	Varia de 0 (menor influência) a 100 (maior influência)	Negativo
H5d: MAS	Masculinidade x feminilidade	Hofstede (1983)	Varia de 0 (menor influência) a 100 (maior influência)	Negativo

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

### 3.3 Especificação do modelo

Para testar as hipóteses de pesquisa elencadas e alcançar o objetivo geral do estudo, optou-se pela utilização do modelo de regressão de dados em painel. Nesse intuito, a equação a seguir foi utilizada:

$$DIV\_ODS_{i,t} = \beta_0 + POL_{i,t} + FIN_{i,t} + ECO_{i,t} + EDU_{i,t} + TRA_{i,t} + POD_{i,t} + INC_{i,t} + IND_{i,t} + MAS_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (\text{Equação 1})$$

De acordo com a equação, a variável dependente relacionada à divulgação ambiental na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (DIV\_ODS) é influenciada pelas características do Sistema Nacional de Negócios em seus aspectos Políticos, Financeiros, Econômicos, Educacionais e de Trabalho, e Culturais.

### 3.4 Tratamento dos dados

Para a operacionalização da equação e teste das hipóteses, serão realizadas análises com técnicas de regressão com dados em painel. A estimação dos dados foi realizada por efeitos *polled*, fixos e aleatórios. Segundo Wooldridge (2012), quando o modelo aborda variáveis que não apresentam variações ao longo do tempo (como as variáveis Culturais abordadas neste estudo), podem ocorrer resultados pouco precisos. Por essa razão, ainda que os testes indiquem a estimação por efeitos fixos como mais adequada, uma vez que os parâmetros analisados apresentam correlação com a variáveis explicativas (FÁVERO; BELFIORE, 2017), utilizar o modelo por efeitos aleatórios também pode ser eficaz, pois todos os coeficientes são estimados, inclusive os regressores invariantes no tempo (FÁVERO *et al.*, 2014). Para verificar a existência de heterocedasticidade, foram realizados os testes de Chow, Breusch-Pagan e de Hausman.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta a análise descritiva dos dados relacionados à divulgação ambiental pertinentes às ações voltadas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Tabela 1** - Nível de divulgação ambiental de ODS por continente.

Continente	Nº de Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Média Geral
África	28	9,93	10,18	10,32	10,54	10,61	10,31
América do Norte	205	6,82	7,23	7,65	8,30	9,08	7,82
América do Sul	273	9,82	10,36	11,00	9,64	9,73	10,11
Ásia	280	7,35	7,91	8,57	9,28	9,74	8,57
Europa	42	8,99	9,24	9,47	9,72	10,03	9,49
Oceania	11	6,60	6,83	7,07	7,83	8,40	7,35
Média Geral	839	7,78	8,17	8,57	9,07	9,57	8,63

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Os resultados demonstram um crescente aumento na evidenciação dos indicadores analisados, considerando o aumento da média geral no decorrer dos anos, fornecendo indícios de que, desde 2015, quando a Organização das Nações Unidas publicou a Agenda 2030 apresentando 17 objetivos para garantir o desenvolvimento sustentável das nações, as empresas têm divulgado mais informações ambientais em seus relatórios. A crescente divulgação anual relacionada aos ODS constatada neste estudo para o período de 2015 a 2019 está de acordo com os achados de Curtó-Pagès *et al.* (2021), demonstrando que a crescente notoriedade da Agenda 2030 nos últimos anos tem levado a um maior compromisso de empresas internacionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Observou-se ainda que o continente Africano se destacou, obtendo a maior média geral de divulgação. Os achados corroboram com Erin e Bambigboye (2022), ao identificarem que as companhias sul-africanas têm obtido desempenho significativo na divulgação dos ODS em seus relatórios anuais. No entanto, o continente africano, de modo geral, ainda é apontado por Erin *et al.* (2022) como de baixo nível de divulgação, e a falta de estrutura regulatória é mencionada como uma das principais justificativas para esse resultado. Ressalte-se ainda o destaque para o continente da América do Sul, compatível com Soares *et al.* (2020), ao demonstrarem que as empresas brasileiras têm contribuído crescentemente com os níveis de evidenciação ambiental. Por outro lado, as empresas situadas nos continentes da Oceania e da América do Norte obtiveram as menores médias gerais de divulgação de indicadores ambientais relacionados aos ODS. Esses achados estão de acordo com Halkos e Nomikos (2021), ao constatarem que esses mesmos dois continentes apresentam um movimento decrescente de iniciativas de relatórios de divulgação de sustentabilidade nos parâmetros do GRI (*Global Reporting Initiative*).

Com relação à análise dos dados em painel, observando os resultados dos testes de Chow, Breusch-Pagan e de Hausman, conclui-se que, devido à ausência de heterocedasticidade,

o modelo com base nos Efeitos Fixos pode ser o mais indicado para estimar os coeficientes. No entanto, a ausência de variabilidade das variáveis Culturais no período temporal do estudo pode ocasionar altas variâncias, e assim resultar em estimativas pouco precisas (FÁVERO; BELFIORE, 2017). Dessa forma, o modelo de Efeitos Aleatórios também pode ser indicado. Por essa razão, na tabela 2, são apresentados os coeficientes calculados para cada modelo específico.

**Tabela 2** – Regressão com dados em painel (efeitos polled, fixos e aleatórios).

Variáveis	Polled		Fixos		Aleatórios	
	Coefficiente	Valor p	Coefficiente	Valor p	Coefficiente	Valor p
POL	-0,4592***	0,002	-6,7625***	0,000	-2,7359***	0,000
FIN	0,1184*	0,016	0,1773***	0,000	0,1627***	0,000
ECO	-0,0145	0,648	-0,0315	0,118	-0,0393**	0,049
EDU	-1,6912***	0,000	-0,6015***	0,001	-1,1160***	0,000
TRA	0,3809***	0,002	1,3741***	0,000	1,3219***	0,000
POD	-0,0540***	0,000	(omitida)		-0,1073***	0,000
INC	0,0365***	0,000	(omitida)		0,0523***	0,000
IND	0,0033	0,492	(omitida)		0,0147*	0,054
MAS	-0,0312***	0,000	(omitida)		-0,0368***	0,000
Constante	18,0478***	0,000	12,6522***	0,000	14,1091***	0,000
Prob > F	0,0000		0,0000		0,0000	
R <sup>2</sup>	0,0655		-		-	
R <sup>2</sup> within	-		0,1301		0,1104	
R <sup>2</sup> between	-		0,0066		0,0335	
R <sup>2</sup> overall	-		0,0078		0,0399	

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

\*\*\* Significante a  $p < 0,01$  / \*\* Significante a  $p < 0,05$  / \* Significante a  $p < 0,10$ .

De acordo com a Tabela 2, dentre as variáveis relacionadas ao Sistema Nacional de Negócios - Controle da Corrupção (POL), Desenvolvimento Financeiro (FIN), Crescimento do PIB (ECO), Qualidade do Ensino e Treinamento Superior (EDU) e Cooperação nas relações entre trabalhador e empregador (TRA) - apenas a variável relacionada ao Crescimento do PIB (ECO) não apresentou significância em todos os modelos. No entanto, diferentemente do esperado, observou-se que a divulgação ambiental das empresas relacionada aos ODS é influenciada negativamente pelas características dos países quanto ao Controle da Corrupção (POL) e Qualidade do Ensino e Treinamento Superior (EDU). Este resultado indica que países com maior controle da corrupção, e com maior qualidade do ensino e treinamento superior, tendem a divulgar menos informações ambientais relacionadas aos ODS em seus relatórios corporativos. Diante disso, as hipóteses de pesquisa H1 e H4a são rejeitadas.

Países com ambiente institucional mais fraco, marcados pelo vazio institucional da corrupção, não abordam suficientemente os problemas sociais e ambientais no escopo das suas estratégias de negócios, e buscam utilizar práticas de responsabilidade social corporativa somente no intuito de minimizar danos e maximizar os benefícios para determinados grupos de *stakeholders* (HERBAS-TORRICO *et al.*, 2021). Esses resultados podem complementar o estudo de Nwagbara e Kalagbor (2021), pois constataram que em países africanos, cujo ambiente institucional é marcado por altos níveis de corrupção, a divulgação de RSC tende a ser priorizada com relação às informações de prestação de contas e responsabilidade empresarial; além de promover a maximização dos lucros, dada a falta de regulamentações institucionais que influenciem os relatórios da RSC. Por essa razão, países com maior controle de corrupção podem estar priorizando minimizar os impactos de problemas institucionais mais emergentes, e por não possuírem subsídios regulamentários suficientes que favoreçam o incentivo à divulgação ambiental e demais práticas de desenvolvimento sustentável.

Diante do avanço das mudanças climáticas e sociais, a educação para a sustentabilidade vai assumindo um papel cada vez mais importante nas universidades. Contudo, poucas instituições de ensino conseguiram implementar a sustentabilidade no escopo de suas atividades (GIESENBAUER; MÜLLER-CRISTO, 2020). As Instituições de Ensino Superior (IES) caracterizam-se como as principais responsáveis pela disseminação e aperfeiçoamento das estratégias relacionadas à sustentabilidade na sociedade, mas alguns desafios ainda precisam ser superados. De acordo com Blanco-Portela *et al.* (2017) as principais dificuldades para a efetiva incorporação da sustentabilidade nas IES podem ser representadas por problemas na estrutura institucional, como falta de plano de ação para a sustentabilidade nas instituições; por falhas nos fatores externos, como regulamentações governamentais que possam atrasar iniciativas de sustentabilidade. Para Janssens *et al.* (2022), a sustentabilidade é normativa por natureza, e as IES tradicionalmente relutam em associar valores à ciência. Dessa forma, os autores apontam que a barreira mais forte para a incorporação da sustentabilidade nas IES é o paradigma econômico dominante de crescimento constante, onde as instituições de ensino têm priorizado atender as demandas de uma economia e uma cultura globalizantes a focar nas iniciativas de sustentabilidade para o meio ambiente e a sociedade.

Por outro lado, conforme o esperado, o Desenvolvimento do Mercado Financeiro (FIN) e a Cooperação nas relações entre trabalhador e empregador (TRA) exerceram influência positiva sobre a evidência ambiental relacionada aos ODS, confirmando as hipóteses de pesquisa H2 e H4b. Segundo Didier *et al.* (2021), mercados de capitais mais desenvolvidos podem favorecer o desenvolvimento financeiro nacional, à medida que permite facilitar a diversificação dos riscos e aumentar a disseminação de informações. Dessa forma, os achados corroboram com Al-Mamun e Seamer (2022), ao constatarem que o desenvolvimento financeiro está positivamente associado ao engajamento da Responsabilidade Social Corporativa tanto em economias emergentes quanto em economias desenvolvidas. O resultado pode estar associado às reações dos investidores quanto ao envolvimento das organizações em práticas de RSC, como a participação em índices de sustentabilidade, já que, segundo Adamska e Dabrowski (2021), em mercados de capitais mais opacos, com maior assimetria de informações, os investidores têm oportunidades limitadas de monitorar efetivamente a atividade das empresas.

No que diz respeito a cooperação entre trabalhador e empregador, os resultados fornecem indícios de que países com relações de trabalho mais cooperativas divulgam mais informações ambientais relativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esses achados confirmam, portanto, a hipótese de pesquisa H4b; e são compatíveis com Bohnenberger (2022), ao mencionarem que a efetividade das estratégias de sustentabilidade corporativa é influenciada por políticas de mercado de trabalho de cada país, observando as especificidades legais e institucionais do estado de bem-estar social, das instituições do mercado de trabalho e das relações industriais. O efeito positivo da cooperação entre empregado e empregador na evidência ambiental também é observado no estudo de Soares *et al.* (2020), para o caso de empresas brasileiras. Esses resultados representam, portanto, importantes avanços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já que, para Managi *et al.* (2021), em um contexto nacional que incentiva o desenvolvimento do capital humano, com funcionários qualificados e bem treinados, os métodos de produção tendem a ser ambiental e socialmente mais sustentáveis.

Em se tratando das variáveis Culturais, Aversão a Incerteza (INC) e Individualismo x Coletivismo (IND) obtiveram um resultado diferente do esperado, indicando que sociedades mais individualistas, marcadas por maior aversão a estratégias para enfrentar riscos e incertezas, tendem a divulgar mais informações ambientais relativas aos ODS. Esse resultado está de acordo com Liou *et al.* (2021), ao mencionarem que uma cultura nacional com alto índice de aversão à incertezas pode ser mais estimulada à padronização das práticas de Responsabilidade

Social Corporativa em mercados emergentes. O achado também é compatível com López-Cabarcos *et al.* (2021), ao identificarem que a dimensão cultural do individualismo pode apresentar-se como um elemento capaz de influenciar as organizações a estarem mais orientadas à inovação, facilitando, assim, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sugeridos pela ONU.

Por outro lado, Distância do Poder (POD) e Masculinidade x Feminilidade (MAS), apresentaram influência negativa e significativa, fornecendo indícios de que ambientes com menores desigualdades sociais, e mais orientados a feminilidade, conseguem reproduzir melhor as práticas de Responsabilidade Social Corporativa, evidenciando mais informações ambientais para a consecução dos ODS em seus relatórios corporativos. Os resultados são similares a Luo *et al.* (2018), ao constatarem que uma sociedade marcada por uma cultura com alta distância do poder tende a incentivar uma maior transparência nas divulgações relacionadas ao ambiente; e a Gallén e Peraita (2018) que identificaram que maior feminilidade favorece uma divulgação mais ampla dos relatórios de sustentabilidade no contexto do GRI (*Global Reporting Initiative*) em países desenvolvidos. Com isso, as hipóteses de pesquisa H5a e H5d são confirmadas, ao passo que as hipóteses de pesquisa H5b e H5c são rejeitadas.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência de fatores institucionais do nível macro na divulgação corporativa das ações ambientais voltadas à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no período de 2015 a 2019. Para medir o nível de divulgação ambiental pertinente aos ODS, foram analisados indicadores ambientais compatíveis com as metas da ONU, coletados na base de dados da *Thomson Reuters*. Com relação às variáveis relacionadas ao nível macro, foram utilizadas as variáveis de controle da corrupção (POL), crescimento do PIB (ECO), desenvolvimento do mercado financeiro (FIN), qualidade do ensino e treinamento superior (EDU), cooperação nas relações entre trabalhador e empregador (TRA); e variáveis culturais, sendo elas distância do poder (POD), aversão à incerteza (INC), individualismo versus coletivismo (IND), e masculinidade versus feminilidade (MAS).

Na análise da estatística descritiva das variáveis, foi constatado uma crescente divulgação ambiental relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para empresas internacionais situadas em 31 diferentes países. Observou-se ainda que as companhias situadas nos continentes da África e da América do Sul foram as que mais se destacaram, com os maiores níveis de evidenciação. Em se tratando da análise das regressões, constatou-se que os aspectos relacionados a Controle da Corrupção e Qualidade do Ensino e Treinamento Superior influenciam negativamente a divulgação ambiental corporativa relacionada aos ODS, indicando que países com ambiente institucional mais fraco, onde há menor controle da corrupção, as práticas de RSC sejam abordadas no intuito de garantir maior legitimidade perante os *stakeholders* e minimizar danos sociais. Além disso, pode sinalizar que as Instituições de Ensino Superior têm priorizado atender a outras demandas institucionais, como as econômicas, à incorporar a sustentabilidade efetivamente no escopo de ensino. Já o crescimento do PIB não apresentou significância em todos os modelos e, portanto, não pode ser apontado como um fator que influencie a divulgação ambiental relacionada aos ODS.

Observou-se ainda que o Desenvolvimento do Mercado Financeiro e a Cooperação nas relações entre trabalhador e empregador exerceram influência positiva sobre a evidenciação ambiental relacionada aos ODS. O resultado pode estar associado às reações positivas dos investidores quanto ao envolvimento das organizações em práticas de RSC, como também ao efeito positivo do desenvolvimento do capital humano nos métodos de produção sustentáveis pelas organizações. Já com relação as variáveis culturais, Aversão a Incerteza (INC) e Individualismo x Coletivismo (IND) obtiveram um resultado diferente do esperado, indicando que sociedades mais individualistas, marcadas por maior aversão a estratégias para enfrentar

riscos e incertezas, tendem a divulgar mais informações ambientais relativas aos ODS. Por outro lado, Distância do Poder (POD) e Masculinidade x Feminilidade (MAS), apresentaram influência negativa e significativa, fornecendo indícios de que ambientes com menores desigualdades sociais, e mais orientados a feminilidade, conseguem reproduzir melhor as práticas de RSC, evidenciando mais informações ambientais para a consecução dos ODS em seus relatórios corporativos. Diante do exposto, as hipóteses de pesquisa H2, H4b, H5a e H5d foram confirmadas; e as hipóteses de pesquisa H1, H3, H4a, H5b e H5c foram rejeitadas.

Dessa forma, este estudo reforça os pressupostos da Teoria Institucional, na perspectiva do Sistema Nacional de Negócios, à medida que demonstra a influência de elementos institucionais de nível macro na divulgação ambiental corporativa relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, revela como diferentes cenários nacionais têm se adaptado aos efeitos da Agenda 2030, incorporando os termos das metas da ONU nas estruturas de negócios globais. Com isso, pode fornecer importantes direcionamentos para que cada vez mais nações possam buscar, progressivamente, conter o avanço das mudanças climáticas visando um futuro global mais sustentável.

Assim, os resultados deste estudo oferecem contribuições ambientais e sociais pertinentes, tendo em vista os impactos das mudanças climáticas sentidos no mundo todo. Assim, poderá ampliar o debate acadêmico sobre o tema, oferecendo novas perspectivas para o aprofundamento de estudos relacionados a sustentabilidade, principalmente diante da expectativa da ONU quanto aos ODS. Além disso, reguladores e líderes nacionais poderão identificar fatores institucionais a serem priorizados na elaboração de políticas públicas que possam incentivar o ambiente corporativo, e a sociedade como um todo, a atuar no sentido de conter os riscos climáticos iminentes. Efeitos dessas mudanças são cada vez mais notáveis, e exigem uma conscientização global acerca da importância de uma atuação sustentável.

A principal limitação da pesquisa consiste na determinação das variáveis independentes, já que o relatório anual do *Global Competitiveness Report*, do *World Economic Forum*, não foi publicado em 2020, reduzindo o período de análise esperado para o estudo. Dessa forma, sugere-se para estudos futuros, utilizar outras variáveis que possam representar elementos institucionais de nível macro. Para ampliar o arcabouço teórico, propõe-se ainda a investigação em outros países, ou até mesmo em outros níveis institucionais, de modo a identificar o desempenho de cada vez mais empresas para o alcance das metas propostas pela ONU pertinentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em: 20.jul.2021.
- ADAMSKA, A.; DĄBROWSKI, T. J. Investor reactions to sustainability index reconstitutions: Analysis in different institutional contexts. **Journal of Cleaner Production**, v. 297, 2021.
- AHMAD, N.; MAHMOOD, A.; HAN, H.; ARIZA-MONTES, A.; VEJA-MUÑOZ, A.; DIN, M. U.; KHAN, G. I.; ULLAH, Z. Sustainability as a “new normal” for modern businesses: Are smes of pakistan ready to adopt it? **Sustainability**, v. 13, n. 4, p. 1-17, 2021.
- ALI, S. A.; ALHARTHI, M.; HUSSAIN, H. I.; RASUL, F.; HANIF, I.; HAIDER, J.; ULLAH, S.; RAHMAN, S.; ABBAS, Q. A clean technological innovation and eco-efficiency enhancement: A multi-index assessment of sustainable economic and environmental management. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 166, 2021.
- ALI, S. S.; KAUR, R. Effectiveness of corporate social responsibility (CSR) in implementation of social sustainability in warehousing of developing countries: A hybrid approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 324, 2021.

AL-MAMUN, A.; SEAMER, M. The influence of institutional qualities on CSR engagement: a comparison of developed and developing economies. **Meditari Accountancy Research**, v. 30 n. 1, p. 94-120, 2022.

BLANCO-PORTELA, N.; BENAYAS, J.; PERTIERRA, L. R.; LOZANO, R. Towards the integration of sustainability in Higher Education Institutions: A review of drivers of and barriers to organisational change and their comparison against those found of companies. **Journal of Cleaner Production**, v. 166, p. 563-578, 2017.

BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. Advancing research into accounting and the UN Sustainable Development Goals. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 33, n. 7, p. 1657-1670, 2020.

BOHNENBERGER, K. Is it a green or brown job? A Taxonomy of Sustainable Employment. **Ecological Economics**, v. 200, 2022.

CURTÓ-PAGÈS, F.; ORTEGA-RIVERA, E.; CASTELLÓN-DURÁN, M.; JANÉ-LLOPIS, E. Coming in from the Cold: A Longitudinal Analysis of SDG Reporting Practices by Spanish Listed Companies Since the Approval of the 2030 Agenda. **Sustainability**, v. 13, n. 3, 2021.

DIDIER, T.; LEVINE, R.; MONTANES, R. L.; SCHMUKLER, S. L. Capital market financing and firm growth. **Journal of International Money and Finance**, v. 118, 2021.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DOH, J.; RODRIGUES, S.; SAKA-HELMHOUT, A.; MAKHIJA, M. International business responses to institutional voids. **Journal of International Business Studies**, v. 48, p. 293-307, 2017.

ERIN, O. A.; BAMIGBOYE, O. A. Evaluation and analysis of SDG reporting: evidence from Africa. **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 18, n. 3, p. 369-396, 2022.

ERIN, O. A.; BAMIGBOYE, O. A.; OYEWO, B. Sustainable development goals (SDG) reporting: an analysis of disclosure. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, 2022.

FAVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos quantitativos com stata: procedimentos, rotinas e análise de resultados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FAVOTTO, A.; KOLLMAN, K.; BERNHAGEN, P. Engaging firms: The global organisational field for corporate social responsibility and national varieties of capitalism. **Policy and Society**, v. 35, n. 1, p. 13-27, 2016.

GALLÉN, M. L.; PERAITA, C. The effects of national culture on corporate social responsibility disclosure: a cross-country comparison. **Applied Economics**, v. 50, n. 27, p. 2967-2979, 2018.

GAO, S. S.; ZHANG, J. J. Stakeholder engagement, social auditing and corporate sustainability. **Business Process Management Journal**, v. 12, n. 6, p. 722-740, 2006.

GIESENBAUER, B.; MÜLLER-CHRIST, G. University 4.0: Promoting the Transformation of Higher Education Institutions toward Sustainable Development. **Sustainability**, v. 12, n. 8, 2020.

GRECCO, M. C. P.; MILANI FILHO, M. A. F.; SEGURA, L. C.; GARCÍA, I. M.; RODRÍGUEZ, L. The voluntary disclosure of sustainable information: A comparative analysis of Spanish and Brazilian companies. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, p. 45-55, 2013.

HALKOS, G.; NOMIKOS, S. Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. **Economic Analysis and Policy**, v. 69, p. 106-117, 2021.

HATAYAMA, H. The metals industry and the Sustainable Development Goals: The relationship explored based on SDG reporting. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 178, 2022.

HERBAS-TORRICO, B. C.; FRANK, B.; ARANDIA-TAVERA, C. A. Corporate Social Responsibility in Bolivia. **Current Global Practices of Corporate Social Responsibility**, p. 597–620, 2021.

HOFSTEDE, G. Cultural dimensions in management and planning. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 1, n. 2, p. 81–99, 1984.

HOFSTEDE, G. National Cultures Revisited. **Behavior Science Research**, v. 18, n. 4, 1983.

IKRAM, M.; FERASSO, M.; SROUFE, R.; ZHANG, Q. Assessing green technology indicators for cleaner production and sustainable investments in a developing country context. **Journal of Cleaner Production**, v. 322, 2021.

ISSARAWORNRAWANICH, P.; WUTTICHINDANON, S. Corporate social responsibility practices and disclosures in Thailand. **Social Responsibility Journal**, v. 15, n. 3, p. 318-332, 2019.

JANSSENS, L.; KUPPENS, T.; MULÀ, I.; STANISKIENE, E.; ZIMMERMANN, A. B. Do European quality assurance frameworks support integration of transformative learning for sustainable development in higher education? **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 23, n. 8, p. 148-173, 2022.

JENSEN, J. C.; BERG, N. Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. **Business Strategy and the Environment**, v. 21, n. 5, p. 299-316, 2012.

JYOTI, G.; KHANNA, A. Does sustainability performance impact financial performance? Evidence from Indian service sector firms. **Sustainable Development**, p. 1-10, 2021.

KASSEEAH, H. Green measures and firm characteristics: evidence from small businesses in an emerging economy. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 27, n. 1, p. 55-64, 2020.

LATTEMANN, C.; FETSCHERIN, M.; ALON, I.; LI, S.; SCHNEIDER, A.-M. CSR communication intensity in chinese and indian multinational companies. **Corporate Governance: An International Review**, v. 17, n. 4, p. 426-442, 2009.

LÓPEZ-CABARCOS, M. A.; PIÑEIRO, J.; QUIÑOÁ-PIÑEIRO, L.; SANTOS-RODRIGUES, H. How Can Cultural Values and Entrepreneurship Lead to the Consideration of Innovation-Oriented or Non-Innovation-Oriented Countries? **Sustainability**, v. 13, n. 8, 2021.

LIU, R. S.; LAMB, N. H.; LEE, K. Cultural imprints: Emerging market multinationals' post-acquisition corporate social performance. **Journal of Business Research**, v. 126, p. 187-196, 2021.

LITVINENKO, V.; BOWBRICK, I.; NAUMOV, I.; ZAITSEVA, Z. Global guidelines and requirements for professional competencies of natural resource extraction engineers: Implications for ESG principles and sustainable development goals. **Journal of Cleaner Production**, v. 338, 2022.

LUNDEVALL, B. A. National Business Systems and National Systems of Innovation. **International Studies of Management & Organization**, v. 29, n. 2, p. 60-77, 1999.

LUO, L.; TANG, Q.; PENG, J. The direct and moderating effects of power distance on carbon transparency: An international investigation of cultural value and corporate social responsibility. **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 8, p. 1546-1557, 2018.

MANAGI, S.; LINDNER, R.; STEVENS, C. C. Technology policy for the sustainable development goals: From the global to the local level. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 162, 2021.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

NWAGBARA, U.; KALAGBOR, A. Institutional Pressures and CSR Reporting Pattern: Focus on Nigeria's Oil Industry. **CSR, Sustainability, Ethics & Governance**, in: **Stephen Vertigans & Samuel O. Idowu (ed.), Global Challenges to CSR and Sustainable Development**, p. 249-269, 2021.

RICHARDSON, J.G.; ERDELEN, W.R. 2030 is tomorrow: transformative change for a mistreated mother Earth. **Foresight**, v. 23, n. 3, p. 257-272, 2021.

SAETRA, H. S. A Framework for Evaluating and Disclosing the ESG Related Impacts of AI with the SDGs. **Sustainability**, v. 13, n. 15, 2021.

SHARMA, E.; SATHISH, M. "CSR leads to economic growth or not": an evidence-based study to link corporate social responsibility (CSR) activities of the Indian banking sector with economic growth of India. **Asian Journal of Business Ethics**, 2022.

SIDERI, L. Leveraging CSR for Sustainability: Assessing Performance Implications of Sustainability Reporting in a National Business System. **Sustainability**, v. 13, n. 11, 2021.

SOARES, R. A.; ABREU, M. C. S.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; MARINO, P. B. L. P. The Effect of National Business Systems on Social and Environmental Disclosure: A Comparison between Brazil and Canada. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 1, p. 29-47, 2020.

SUPORTI, V.; MERINO-SAUM, A.; BAUR, I.; BINDER, C. R. Unraveling how the concept of circularity relates to sustainability: An indicator-based meta-analysis applied at the urban scale. **Journal of Cleaner Production**, v. 315, 2021.

TOLMIE, C. R.; LEHNERT, K.; ZHAO, H. Formal and informal institutional pressures on corporate social responsibility: A cross-country analysis. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 27, n. 2, p. 786-802, 2020.

UNICEF. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Ainda é possível mudar 2030**. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 24.jul.2021.

UNITED NATIONS. **Guidance on core indicators for entity reporting on contribution towards implementation of the Sustainable Development Goals**. Geneva, 2019.

UNITED NATIONS. **Millennium Summit of the United Nations**. 2000. Disponível em: <<https://www.un.org/en/development/devagenda/millennium.shtml>>. Acesso em: 20.jul.2021.

UNITED NATIONS. **Sustainable Development Goals**. 2015. Disponível em: <[https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/SDGs\\_Booklet\\_Web\\_En.pdf](https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/SDGs_Booklet_Web_En.pdf)>. Acesso em: 10.jul.2021.

WHITLEY, R. **Divergent capitalisms: the social structuring and change of business systems**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

WHITLEY, R. Dominant Forms of Economic Organization in Market Economies. **Organization Studies**, v. 15, n. 2, p. 153-182, 1994.

WHITLEY, R. The Institutional Structuring of Innovation Strategies: Business Systems, Firm Types and Patterns of Technical Change in Different Market Economies. **Organization Studies**, v. 21, n. 5, p. 855-886, 2000.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2015- 2019**. Geneva, 2021. Disponível em: <[www.weforum.org](http://www.weforum.org)>.

ZGUIR, M. F.; DUBIS, S.; KOC, M. Embedding Education for Sustainable Development (ESD) and SDGs values in curriculum: A comparative review on Qatar, Singapore and New Zealand. **Journal of Cleaner Production**, v. 319, 2021.